

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Judiciário que se prepare

As decisões judiciais monocráticas desta semana, que alteraram as regras do último debate presidencial dessas eleições, ampliaram as pressões para uma reforma do Judiciário. A ideia é começar logo a discussão com a retomada dos trabalhos, na semana que vem. Com ou sem segundo turno, os congressistas querem dar uma resposta à sociedade.

O desafio do fim da 6 x 1

Muita gente no Congresso calcula que vai ser difícil garantir o fim da escala 6 x 1 entre o primeiro e segundo turno das eleições. Isso porque, entre os estados em que as pesquisas apontam segundo turno para o governo, está justamente o Amazonas. Lá, o líder do PSD no Senado e relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do fim da escala 6 x 1, Omar Aziz, lidera as pesquisas e pode ser um dos candidatos a passar para o segundo turno. Vai ser difícil largar a campanha para se dedicar totalmente à proposta.

Limão e limonada

Aliados de Aziz, porém, acreditam que o projeto pode dar ao relator a visibilidade eleitoral junto a uma parcela importante do eleitorado. E com a decisão do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), de marcar sessões para debater a proposta de fim da escala 6 x 1 na semana pós-eleição, o relator terá na tribuna da Casa um local perfeito para mandar seu recado de defesa da qualidade de vida dos trabalhadores.

O jogo deles

Enquanto a maioria do Brasil assiste a uma campanha eleitoral sem debates e repleta de decisões judiciais, os partidos de centro fazem suas projeções e acreditam que continuarão mandando no Congresso Nacional, pelo menos até a temporada eleitoral de 2030. Nesse sentido, trabalham, via frentes parlamentares, vários projetos para tentar resgatar a própria imagem e não deixar tudo nas mãos do Poder Executivo. Com ou sem segundo turno, está prevista para 21 de outubro a apresentação de megaprojetos, sob o guarda chuva “Empreende Brasil” e “Congresso pelo Brasil”. Em gestação na Frente Parlamentar do Empreendedorismo, a ideia dessas propostas é tratar de temas como taxa de juros, insegurança jurídica, ambiente de negócios no país e segurança pública — apontados pelo empresariado como os grandes responsáveis pela dificuldade de atração de investimentos no país. Assim, seja quem for o presidente da República, os congressistas terão seus próprios projetos, com prioridade sobre qualquer proposta a ser apresentada pelo Palácio do Planalto.



Propostas nada constitucionais

O Grupo Livres, organização que promove soluções liberais para o Brasil, comparou todos os planos de governo dos candidatos à Presidência da República e um dado chamou a atenção. No quesito segurança pública, quatro presidenciais — Flávio Bolsonaro (PL), Renan Santos (Missão), Romeu Zema (Novo) e Ronaldo Caiado (PSD) — propõem medidas consideradas incompatíveis com a Constituição Federal, segundo análise do grupo. Castração química, prisão preventiva automática e decretos sucessivos de Estado de Defesa são alguns desses projetos.

CURTIDAS

O tempo e a razão/ Logo que foi escolhido candidato ao Planalto, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ, **foto**) comentou com um amigo que estava indo para o “sacrifício”. Em seis meses, saiu do “sacrifício” ao tornar-se um candidato competitivo, graças aos votos que herdou do pai. Agora, o resultado, seja para o bem ou para o mal, estará na conta do próprio candidato, que não debateu seu programa de governo com os adversários. Desde a redemocratização, a única vez que um desafiante não participou de nenhum debate em primeiro turno foi Fernando Collor, em 1989.

Vittor Sales/Divulgação



Tensão no ar/ Embaixadas começaram a emitir alertas de precaução a viajantes e estrangeiros residentes no Brasil devido à proximidade do primeiro turno das eleições, amanhã. O movimento foi iniciado pela embaixada dos Estados Unidos, que fechou a sede e consulados e pediu reforço na segurança junto à polícia militar. Irlanda, Austrália e Reino Unido emitiram avisos também. Com a polarização acirrada, o temor é que possa haver uma tentativa de golpe ou atos violentos após os resultados.

Sátiras da política/ Durante as últimas semanas, diversos jogos on-line foram criados revivendo momentos recentes de políticos e de magistrados do Supremo Tribunal Federal, como um simulador de luta entre os ministros. O mais recente é sobre Flávio no mesmo estilo do jogo *Super Mario World*, com missões para o presidencial. A primeira exige que o filho 01 bata ponto como assessor na Câmara dos Deputados enquanto estuda e faz estágio no Rio de Janeiro. A ideia de usar joguinhos on-line com figuras políticas não é nova. Em 2023, apareceu um jogo chamado *Lula, escape da Prisão*, em que o jogador era o Lula que precisava escapar da penitenciária.

24 horas/ Hoje é dia de refletir sobre as escolhas, tentar conquistar os últimos votos e, o mais importante, não brigar com seus parentes por causa de opções políticas. Seja quem for seu candidato, converse com respeito e educação.

Operação Compliance Zero

Extensão da teia do Master no STF

Presidente Edson Fachin cobra da PF apuração sobre conexões de Vorcaro com integrantes da Corte — e ninguém deve ser poupado

» ALÍCIA BERNARDES

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, cobrou da Polícia Federal a apuração integral de eventuais fatos relacionados ao Banco Master que possam envolver ministros da Corte. Em ofício encaminhado ontem ao diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, o magistrado afirmou que dados, documentos ou indícios relacionados ao caso devem ser apresentados de forma completa, sem exceção em razão da pessoa eventualmente mencionada.

No documento, Fachin afirma haver interesse institucional do Supremo no esclarecimento de informações sobre o “eventual envolvimento de integrantes” do tribunal nas investigações. O presidente da Corte também indicou que pretende adotar as medidas cabíveis depois que receber formalmente os elementos reunidos pelas autoridades responsáveis pela apuração. O ministro não especificou quais integrantes do STF poderiam ser mencionados nas informações.

A cobrança ocorre em meio ao avanço das investigações relacionadas ao Banco Master e às discussões sobre como devem ser tratados eventuais elementos que façam referência a autoridades do Supremo. No ofício, Fachin ressalta que os fatos precisam ser apresentados integralmente à Presidência da Corte.

“Sem prejuízo de procedimentos em andamento, cumpre-me esclarecer que, apenas chegue a esta Presidência relatório,

Alessandro Zambra/STF



expediente ou conjunto de informações dessa natureza onde tenham sido apresentados integralmente, sem exceção de pessoa, os fatos correlatos, serão dados os encaminhamentos devidos”, frisou o presidente do STF.

A manifestação de Fachin não atribui aos ministros prática de irregularidades. O presidente do Supremo também não aponta, no documento, quais integrantes poderiam aparecer nos elementos relacionados ao caso Master. A orientação é para que eventuais informações sejam encaminhadas e analisadas pelos órgãos competentes.

Fachin também defendeu a atuação independente da PF e do Ministério Público, dentro das competências estabelecidas pela Constituição e pelas regras processuais. Para o ministro, eventuais ilícitos devem ser apurados com rigor e respeito às atribuições de cada instituição. A avaliação, segundo o ofício, deve ocorrer a partir dos elementos formalmente reunidos na investigação.

A interlocução entre o Supremo e a PF deverá continuar nos próximos dias. Fachin e Andrei Rodrigues já se reuniram em duas ocasiões neste ano. Os encontros

ocorreram em 17 de agosto, no STF, e em 31 de agosto, no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Uma nova reunião entre os dois será na próxima semana para tratar do caso Master.

Conexões

Cinco ministros têm algum grau de relação com o caso do Master. O primeiro a vir à tona foi Dias Toffoli, que teria vendido a participação da empresa da família, a Mariidt Participações, no resort Tayayá, no Paraná, para fundos administrados por Fabiano

Zettel, cunhado de Vorcaro.

Na sequência surgiu Alexandre de Moraes, cujo escritório da mulher, Viviane Barci de Moraes, fechou contrato de R\$ 131 milhões (em 36 parcelas) com o Master. Diálogos do ex-banqueiro também foram vazados, nos quais pede intervenção do ministro para evitar a liquidação do banco pelo Banco Central. Mais recentemente, foi divulgada a imagem do magistrado e a esposa desembarcando num jatinho, de uma empresa ligada a Vorcaro, no Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro.

Já o ministro Kassio Nunes

Marques, também presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), estaria na rede de benesses custeadas pelo dono do Master. A PF encontrou minuta de contrato de até R\$ 427 milhões com o escritório de advocacia da mulher do desembargador Newton Ramos (TRF-1), apontado como integrante da “turma do KN”. Além disso, diálogos citam repasses mensais de R\$ 500 mil para o advogado Kevin Marques, filho do magistrado.

O vice-presidente do TSE, André Mendonça, também teria sido servido pelo ex-banqueiro. Ele voou, em agosto de 2025, em uma aeronave ligada a um ex-parceiro de negócios de Vorcaro para ir a um evento jurídico em Minas Gerais. Além disso, uma mensagem enviada em fevereiro do ano passado pelo advogado Ciro Rocha Soares, que é próximo do ex-banqueiro, afirmava ter levado o magistrado a uma alfaiataria em São Paulo para fazer um terno.

O último a aparecer nesta teia foi Luiz Fux. Inicialmente, o filho do magistrado, Rodrigo, seria co-mensal das festas de Vorcaro. Porém, teria sido procurado pelo dono do Master para pedir que o ajudasse em um caso de um precatório bilionário da Agro Industrial Tabu — o filho do magistrado o orientou a enviar um e-mail para a secretária do ministro no STF.

Nesta semana, vieram à tona mensagens apreendidas pela PF indicando que Vorcaro orientou a compra de passagens e hospedagem para Fux e a esposa, em uma viagem a Nova York, em 2024, para um evento patrocinado pela revista *Forbes Brasil*.



Sem prejuízo de procedimentos em andamento, cumpre-me esclarecer que apenas chegue a esta Presidência relatório, expediente ou conjunto de informações dessa natureza onde tenham sido apresentados integralmente, sem exceção de pessoa”

Trecho da cobrança de Edson Fachin à Polícia Federal